

APRESENTAÇÃO

O presente número da Revista de Educação Popular é publicado num momento em que se fortalecem as iniciativas de universidades, empresas e governos estrangeiros com vistas a impor aos países em desenvolvimento um padrão acadêmico e a restringir a participação destes, nos processos de produção e divulgação de conhecimentos, a meros mercados consumidores. O ensino superior é tratado como mercadoria e tem como referências de produção as demandas, as metodologias, os critérios de validade, as tecnologias e as culturas dos países que impõem tais produtos.

Assim, embora na atualidade seja divulgada a idéia de que a educação é um fator importante para a inclusão social, esta se torna apenas uma prática discursiva, aliada a uma das faces das lutas por inclusão social, qual seja o caráter conservador dessas lutas, uma vez que associadas às políticas compensatórias não revelam as raízes da desigualdade de oportunidades e opressões vividas pela maioria da população sem voz, sujeitada e destituída do lugar de sujeito criador e produtor de conhecimentos e culturas valorizadas socialmente.

Nesse contexto, a idéia de formação universitária restringe-se à formação profissional, orientada pelas demandas do mercado. Essa situação tem impactado o modo de existência das universidades públicas brasileiras e contribuído para dificultar a construção de uma concepção de universidade do público e autônoma, comprometida com a produção e intercâmbio de conhecimentos plurais, capaz de fazer questionamentos e críticas, mediante os quais pode tornar possível o fortalecimento de identidades e o desenvolvimento de soluções partilhadas para os problemas vivenciados por uma sociedade marcada pela desigualdade social.

Assim, uma parcela significativa das instituições de ensino superior tem assumido como função apenas o ensino de profissões e a prática instrumental da ciência. O conhecimento humanístico, as artes e o saber da tradição não têm lugar. Desse modo, a universidade abdica de seu papel estratégico de contribuir com novos modos de sociabilidade e com o fim de qualquer tipo de discriminação e opressão. Além disso, não podemos deixar de assinalar o

impacto da retirada da universidade pública das políticas do Estado, fortalecendo a criação do “mercado universitário”

Por tudo isso, cresce em importância a publicação da Revista de Educação Popular, vinculada ao Programa de Educação, Saúde e Culturas Populares. Isso porque o referido Programa ocupa lugar central no processo de construção coletiva de reinvenção da universidade pública, a partir de diferentes vozes e lugares, especialmente no que diz respeito às teorias e práticas em educação, Saúde e Cultura populares.

A Revista é, portanto, um espaço de socialização da produção da academia e dos diferentes movimentos sociais que lutam por uma sociedade inclusiva, justa, democrática e com partilha igual de saberes. Dessa forma, a publicação dessa revista decorre do esforço de tornar usual o respeito e o diálogo entre diferentes formas de produzir e eleger conteúdos para o desenvolvimento de conhecimentos válidos. Além disso, validar conhecimentos a partir da qualificação social dos mesmos, ou seja, do significado deles para a superação de processos civilizatórios orientados por legitimação de desumanidades.

Na primeira parte, são expostos cinco artigos. No primeiro texto, Peter Lowms apresenta sua impressão irônica da pós-modernidade em Los Angeles, CA/EUA, resultante da prática de ensino de inglês a estrangeiros como segunda língua em aglutinação às linguagens diversas e circulantes dos membros dessa comunidade periférica e rica culturalmente. Os contextos culturais que circundam seus alunos, oriundos de diversas raças e etnias, fazem parte da trama que resulta na diversidade cultural que impregnou o autor, gerando tolerância ao ser humano e inconformidade ao artificial ser estrangeiro pela prática assentada no método freireano, que parte do cotidiano da vida dos dominados, dos oprimidos com vistas a facilitar o processo ensino-aprendizagem.

No segundo texto, Sandra Leila de Paula contribui com a exposição formulada com base na análise das relações educativas no interior da escola de tempo integral com contrastes entre o discurso de alunos, que encontram significados no alimento-movimento, diante do discurso de professores que evidenciam trabalho-violência. Ambos integram e estão integrados ao contexto sócio-econômico-cultural da cidade de Ribeirão Preto. A análise produziu

efeitos e reação da comunidade escolar na busca para transformar discursos em ações construtivas.

No terceiro texto, Andréia Pires da Silva contribui por uma reflexão teórica estimuladora sobre a prática de alfabetização de jovens e adultos pela perspectiva de Paulo Freire, que insere o sujeito no mundo das letras a partir de seu mundo vivido. Essa perspectiva deve fundamentar as práticas atuais de alfabetização de jovens e adultos no Brasil, como uma das melhores propostas que surgiram na luta histórica contra o analfabetismo de uma sociedade desigual.

No quarto texto, Antônio Ricardo Micheloto apresenta reflexões sobre os conceitos popular e cidadania oriundos da relação entre Educação e a sociedade brasileira, a partir dos anos de 1960 até os dias atuais, com base nas considerações de fatos históricos e, principalmente, do conteúdo dos projetos Telecursos de 2º Grau e 2000. O Estado autoritário por meio desse instrumento inovador de formação, utilizou do Telecurso de 2º Grau, a nova tecnologia, para germinar e nutrir uma geração de cidadãos e de trabalhadores. Posteriormente, o Estado democrático utilizou da herança da idéia do anterior e estabeleceu o Telecurso 2000, porém, com vistas a ser uma oportunidade democrática de acesso dos mais carentes à educação, todavia, ainda sem permitir emergir uma proposta de educação popular e de cidadania responsável.

No quinto texto, Marta Helena Rosa da Silva contribui para a reflexão raça, gênero e mercado de trabalho, focando uma das categorias profissional, emprega doméstica. Mostra que a maioria das mulheres, no exercício da referida profissão, é constituída de mulheres negras. Destaca estudos sobre a permanência dessa situação, desde o Brasil colonial até os dias atuais. Todavia, revela que as mulheres negras permanecem na luta pela valorização e ampliação do seu campo profissional e por ascensão sócio-econômica. Revela, ainda, que a ascensão econômica da mulher negra ocorre mais lentamente que a do homem negro e da mulher branca. Ao discutir a condição da mulher negra no Brasil, pelo viés do mercado de trabalho do serviço doméstico, a autora argumenta a favor do reconhecimento do preconceito racial no Brasil e da necessidade de participação da população negra em

projetos com foco na inclusão social, econômica e racial, como estratégia de construção da igualdade de oportunidades para negros e negras.

Na segunda parte, encontram-se os registros duas experiências de educação em saúde, permitindo ao leitor refletir sobre a contribuição das atividades de extensão universitária para a formação acadêmica, aliada às vivências de circularidade de conhecimentos produzidos por diferentes sujeitos em diferentes lugares, decorrendo da relação ensino, pesquisa e extensão uma formação profissional e cidadã para os estudantes. No primeiro relato, André Almeida Moura, Deborah Cristina Silva, estudantes do curso de enfermagem, e a professora Eliana Faria de Angelice Biffi apresentam suas experiências de prática em saúde no Lar de Veneranda, local destinado a prestar ajuda às gestantes carentes, demonstrando o valor desta experiência para o grupo de gestantes e para a formação ampliada e cidadã do(a) estudante. Na segundo, Sabryna Rodrigues Silva, aluna do curso de enfermagem e a professora Eliana Angelice de Faria Biffi apresentam uma vivência de educação em saúde na Casa Betesda, local de abrigo de pacientes e acompanhantes do sexo feminino de bairros distantes de Uberlândia e de outras cidades, e que estão em tratamento no Hospital de Clínicas da UFU. A troca de experiências entre estudantes, abrigados e acompanhantes teve como foco os temas escolhidos pelo grupo, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e, também, para a formação mais humanizada dos enfermeiros.

Na terceira parte, Kaun Poty, Cacique dos Índios não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é entrevistada por Suzana Rosa Arantes e Stella Milla Barbassa, oportunizando ao leitor acolher reivindicações dos indígenas brasileiros não-aldeados no sentido de que seja assegurado o direito à cidadania e o acesso irrestrito a todos os meios de uma vida social digna. As narrativas são oriundas das histórias e memórias marcadas por extermínios, dívidas sociais construídas pela ação de substituição de vida comunitária indígena por outra, imposta pelo modo civilizatório, que destituindo o povo indígena da posse da terra e dos discursos favoreceu e fortaleceu a perda de identidades culturais dos indígenas. Além disso, a devolução da fala possibilitou a visibilidade da luta de grupos sociais em busca da preservação das culturas das diferentes etnias indígenas, as dificuldades de reconhecimento dos índios não-aldeados, as representações sobre os índios

que vêm orientando práticas excludentes e discriminatórias e a relação da universidade Federal de Uberlândia com os movimentos sociais, em especial, com o movimento dos indígenas não-aldeados.

A quarta parte expõe as ações e atividades no desenvolvimento do Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Culturas Populares com o propósito de organizar o evento do II Encontro Nacional de Educação, Saúde e Culturas Populares – II ENESCPOP, que foi realizado no período de 15 a 17 de junho de 2006.

Por meio da divulgação dos textos produzidos, são fortalecidos elementos que anunciam a necessidade de reinvenção de novos modos de organizar a vida e de produzir conhecimentos articulados com as culturas locais, investindo na permeabilidade entre culturas intra e extra-universitárias.

FLÁVIO CÉSAR FREITAS VIEIRA

- Membro do Grupo Técnico de Apoio a Projetos de Extensão, da Coordenação do Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Culturas Populares. Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia.

GERCINA SANTANA NOVAIS

- Diretora de Extensão, Membro da Coordenação da Revista de Educação Popular e da Coordenação Geral do Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Culturas Populares. Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia.